

RECENSÃO

**MONTALTO, Filipe – *Archipatologia (tratados I-IX)*.
Revisão científica Adelino Cardoso; José Morgado
Pereira; Manuel Silvério Marques; trad. de Domingos
Lucas Dias; Inês de Ornellas e Castro; Joana Mestre
Costa. Lisboa: Edições Colibri, 2017. 408 p.**

Nuno Fonseca

A publicação da primeira tradução portuguesa dos tratados sobre saúde mental do médico português Filipe Montalto (1567-1616) é um marco importante na divulgação do pensamento médico-filosófico e das práticas terapêuticas do final do Renascimento e início da Época Moderna. Trata-se, para já, da edição e tradução dos nove primeiros tratados da obra *Archipathologia in qua internarum capitis affectionum essentia, causæ signa, praesagia, & curatio accuratissima indagine edisseruntur*, publicada originalmente em latim, pelo editor parisiense François Jacquin em 1614, integradas num projecto necessariamente interdisciplinar, “Arte médica e inteligibilidade científica na *Archipathologia* (1614) de Filipe Montalto”, coordenado por Adelino Cardoso, que prepara uma segunda edição, com a futura publicação dos restantes nove tratados num segundo volume.

Como o longo título descreve, o médico judeu (nascido “Rodrigues” numa família de cristãos-novos em Castelo-Branco, emigrando depois para Itália e estabelecendo-se finalmente em Paris, na Corte de Maria de Médicis) dedicou esses tratados às “afecções internas da cabeça”, numa investigação muito cuidadosa e detalhada – poder-se-ia dizer muito douda, crítica e informada, tanto pela revisão da literatura das tradições médicas e filosóficas grega, latina e árabe como pela experiência directa e indirecta de casos e diagnósticos clínicos – da “essência”, das “causas”, “sinais”, “presságios” e “cura”, ou seja, da fisiologia, patologia (causas e sintomatologia) e terapêutica das doenças da cabeça (numa edição posterior de 1628 adoptaria o título geral *De morbis capitis*), isto é, perturbações ou anomalias das (principais) faculdades (razão, imaginação e memória) sediadas na cabeça, lugar do principal órgão do corpo humano, o cérebro, e, certamente, uma das razões do neologismo “*archipathologia*” criado por Montalto (a outra putativa razão seria o facto de alegadamente ser o principal médico, “*archiater*”, da rainha-regente Maria de Médicis). A organização e tratamento sistemático dessas “afecções” – orgânicas, mas também psíquicas e afetivo-dinâmicas – distribui-se sucessivamente no seguinte elenco: a dor (em geral), a dor de cabeça (cefalalgia, cefaleia e hemicrania), a frenite (uma inflamação do cérebro ou das meninges, normalmente acompanhada de delírio e febre alta), a melancolia, a insânia dos amantes, a mania ou furor, as insânias lupina e canina, a amênciã e a fatuidade (demência), a perda da memória – sendo esta, a última “afecção” destes primeiros nove tratados; mas depois ainda –, o coma ou catáfora, o coma em estado vígil, a letargia, o “caro” (perda total de consciência), a catalepsia, as vertigens, o “incubo”, a epilepsia e a apoplexia. Dentro de cada um destes tratados há ainda uma divisão em capítulos onde distingue os vários tipos patológicos, as causas (materiais, mediatas, internas e externas) das diferentes ‘afecções’, os seus sinais, os presságios e as terapêuticas, inscritas na tradição das práticas hipocrático-galénicas (purgas, sangrias, ingestão de preparados medicinais: electuários, decocções, errinos, antídotos, pílulas, filónios, etc.) e tomando em atenção a especificidade das doenças e o estado geral

do paciente, tal como o seu contexto pessoal, epocal e ambiental, não hesitando em complementar a cura com recomendações psicoterapêuticas ligadas ao regime de vida, onde releva particularmente a atenção dada aos prazeres sensoriais (e.g., *Arquipatologia*, p. 238-239, no tratamento da melancolia), uma nota inovadora do autor.

A obra foi, aliás, muitas vezes referida como uma das primeiras – não sendo, no entanto, a única na época – a fazer um tratamento sistemático das doenças da cabeça e, portanto, ocupando um lugar importante na história da psiquiatria, apesar de pouco conhecida e menos estudada, lacunas que poderão agora ser colmatadas graças ao extraordinário trabalho dos tradutores e investigadores envolvidos neste projecto¹. Correndo o risco de anacronismo, poderia até falar-se da sua relevância para uma história da neurologia ou da filosofia da mente, tendo em conta o carácter médico-filosófico destes tratados e, em particular, do primeiro, talvez o mais original de Montalto, dedicado à dor. Não obstante a matriz hipocrático-galénica em que inequivocamente se inscreve e sendo certo que a teoria humoral era ainda para Montalto o modelo explicativo das afeções e, portanto, também o fundamento dos diagnósticos e das soluções terapêuticas, a erudição do médico albicastrense permite-lhe mergulhar nos textos e controvérsias filosóficas dedicadas à sensação e à dor, de Platão e Aristóteles aos seus comentadores e glosadores árabes, Avicena e Averróis, para tentar esclarecer as dimensões orgânica e psíquica do fenómeno *dor* que resulta de uma alteração súbita e ‘*preternatural*’ – que se afasta, pois, do curso normal da natureza – de algum órgão ou de todo o corpo. Concorrem para este tipo específico de sensação, que é a dor, as faculdades sensitiva (um sentido externo que permite “a percepção do objecto corruptor [*Arquipatologia*, p. 44]”), ‘estimativa’ (a imaginação, que é uma faculdade cognitiva interna “coextensiv[a] aos órgãos [p. 44]”) e ‘apetitiva’ (hoje diríamos afetiva: a “dor é uma paixão do apetite [p. 42]”), gerando uma explicação tridimensional que, segundo Adrián Gramary², parece compatível com a visão atual das bases anatómicas e fisiológicas e o modelo contemporâneo da dor, proposto por Ronald Melzack (psicólogo) e Kenneth L. Casey (neurologista) em 1968, no qual se reconhecem a dimensão “sensorial-discriminativa” (começando com a estimulação dos nociceptores e a deteção das características espaciais e temporais do estímulo), a “afectivo-motivacional” (análise da intensidade e da qualidade subjetiva da dor) e a “cognitivo-avaliativa” (avaliação do estímulo doloroso em função da experiência prévia).

Note-se, no entanto, que apesar de reconhecer a dimensão psíquica da dor e, em geral, das ‘afeccções internas da cabeça’, o galenismo psicossomático de Montalto faz com que procure sempre que possível as causas orgânicas – corpóreas – responsáveis. Mas talvez esta observação diga mais sobre o leitor contemporâneo – ainda influenciado, apesar de tudo, pelo dualismo cartesiano corpo/espírito – do que sobre o médico que escreveu esta obra alguns anos antes desse choque metafísico e epistemológico que multiplicou a necessidade de explicações para a causalidade psicofísica. No enquadramento teórico montaltiano (galénico e renascentista), as doenças resultam sempre de um desequilíbrio ou *destempero* dos humores (sangue, fleuma ou pituita, bílis amarela e bílis negra) ou *discrasia* das suas qualidades primárias (calor, frio, humidade, secura). Fazendo ecoar o título da obra de Galeno, *Quod animi mores corporis temperamenta sequantur*, Montalto diz que “as potências da alma seguem a constituição do corpo” [p. 199], pelo que é importante descobrir a causa material – por exemplo, o humor atrabiliário, a bílis negra, na melancolia (Tratado IV, o mais longo da obra) – e o órgão ou a parte que ela afeta – em geral, o cérebro, nas doenças da cabeça e também na melancolia, ao contrário dos que pensavam que o órgão afetado era aí o coração. Isto não significa que haja uma unívoca redução do mental ao físico, pois, como ele diz no Tratado V sobre a “Insânia dos amantes”, “não só os costumes do ânimo seguem a compleição do corpo, mas também a compleição [*temperatura*] do corpo segue as afeccções do ânimo” [*Arquipatologia*, p. 295]³.

¹ Numa obra que resultou também deste projecto interdisciplinar e que foi publicada paralelamente, uma série de estudos permite compreender melhor a obra e o seu contexto histórico-filosófico, mas também médico, literário e filológico. Num dos ensaios, Hervé Baudry tenta esclarecer algo acerca das especificidades e da nebulosa bibliográfica que certamente explica o carácter algo obscuro e pouco conhecido desta obra. Cf. “Especificidades da bibliografia médica portuguesa” in Cardoso, A & Proença, N., coord. – *Dor, Sofrimento e Saúde Mental na Arquipatologia de Filipe Montalto*, V. N. Famalicão: Edições Húmus, 2018, p. 33-65.

² Psiquiatra que contribuiu com um ensaio sobre a “A modernidade do conceito de dor na Arquipatologia de Montalto” no livro referido na nota anterior, p. 185-193.

³ A este propósito e numa posição afim à de Montalto, confronte-se o que diz um outro médico judeu português, Rodrigo de Castro (1546-1627) – *O médico político ou tratado sobre os deveres médico-políticos*. Revisão científica de Adelino Cardoso. *Universalia*. Lisboa: Edições Colibri, 2011. p. 84.

O racionalismo naturalista de Elias Montalto, ou seja, a fé na capacidade da razão, da ciência e arte médicas para diagnosticar e tratar as “afecções internas da cabeça”, raramente cede, e apenas quando falham outras explicações racionais, às influências da astrologia judiciária e do pensamento demonológico, ainda dominantes na corte francesa no início do Séc. XVII⁴. No entanto, e aqui num sentido diferente da palavra “racionalismo”, tempera a sua abordagem intelectual da medicina, nomeadamente, no diagnóstico e terapêutica, com uma atenta observação empírica do caso concreto, valorizando a experiência acumulada, as singularidades dos indivíduos e das suas circunstâncias e os detalhes da acção curativa. A obra está aliás preenchida por minuciosas instruções para a cirurgia, purgas, dietas e receitas, para as quais se revelam de grande utilidade as notas e glossário de vegetais, condimentos e preparados medicinais.

Numa última nota, deve realçar-se o trabalho de rigor e precisão na tradução – que exigiu uma atenção redobrada tendo em conta a subtilidade de algumas distinções e a polissemia de alguns termos – tal como o glossário geral e a tábua de autores, que ajudam a contextualizar e compreender, na sua intertextualidade, uma obra tão difícil quanto relevante para compreender a história da filosofia, das ciências e da medicina, em particular.

Nuno Fonseca, IFILNOVA – Instituto de Filosofia da Nova, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal. nmfonseca@fcsh.unl.pt.
<https://orcid.org/0000-0001-6087-1201>

FONSECA, Nuno – Recensão ao livro de MONTALTO, Filipe – *Arquimatologia (tratados I-IX)*. Revisão científica Adelino Cardoso; José Morgado Pereira; Manuel Silvério Marques; trad. de Domingos Lucas Dias; Inês de Ornellas e Castro; Joana Mestre Costa. Lisboa: Edições Colibri, 2017. 408 p. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 11 (janeiro-junho 2019), p. 227 – 229. <https://doi.org/10.48751/CAM-2019-11163>

⁴ Rodrigo de Castro parecia estar ainda menos pronto a fazer qualquer tipo de concessão à “astrologia judiciária fictícia”. Veja-se *O médico político*, op. cit., p. 84-92.